COTAÇÃO
Empresa do Conglomerado Rendimento

Av. Paulista, 807 - 16º andar
Cep: 01311-100 - São Paulo - SP
Fone: PABX: 3178-8900 - Fax: 3178-8971

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

CNPJ nº 17.354.911/0001-10

Ouvidoria: 08007220132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S^as^., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM, empresas do Conglomerado Rendimento, estão presentes no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matrizes em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, travelers cheques e / ou cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes.
Através do Banco Rendimento, a Cotação DTVM S/A, também, realiza transferências internacionais e compra de cheques em moeda estrangeira.
A Cotação DTVM S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2013, apurado de acordo com o estabelecido nas Resolução nºs 4.192/13 e 4.193/2013 é de 17,25% para o Conglomerado Financeiro (2012 – 15,39%).

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, participam da estrutura de Governança Corporativa e controles internos do Conglomerado Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Na estrutura de Controles Internos, se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.
A estrutura de Governança abrange as Áreas de *Compliance*, Auditoria Interna, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 4.090/12), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas nas operações de câmbio e outras afins, descasamento de prazos e moedas em suas operações, falhas em processos e situações decorrentes de gestão de liquidez. A gestão de riscos obedece aos dispositivos legais e normativos, e possui estrutura própria e independente, apartada das áreas comprometidas com resultados.

Risco Operacional

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, se utilizam da estrutura do Conglomerado Rendimento que, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, após aprovação pela Diretoria, implementou a Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê, vinculada diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação.
A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas, institucionalizados através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e tem por objetivo a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Instituições, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, a Ouvidoria e tem como função essencial ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.
O dispositivo de Ouvidoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das respectivas áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das instituições com Clientes, "Stakeholders" e com o publico em geral.
Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, integrada à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais onde possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das suas posições.
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado. Esta gestão envolve, principalmente, os riscos das operações sujeitas à variação cambial.
O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado, previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes aos respectivos riscos, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro, oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.
A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades, das instituições, com a realização de reuniões periódicas, visando avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com os procedimentos adotados pelo Conglomerado e com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Nas políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações do Conglomerado têm autonomia para recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação das respectivas empresas contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas, controles de senhas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, entre outras ferramentas de gestão em segurança da informação.
Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas. Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com base nas políticas definidas pelo Conglomerado, Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, contam atualmente com equipe capacitada para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto as referidas instituições como para os clientes.

Auditores Independentes

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela Ernest & Young Auditores Independentes que não fossem relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração agradece os clientes e parceiros pela confiança depositada e o empenho de seus Colaboradores.

A Diretoria

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2013	2012
Circulante		**39.998**	**32.376**
Disponibilidades	5	**18.783**	**18.783**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	**6.849**	**4.809**
Aplicações em operações compromissadas		6.849	4.809
Outros créditos		**14.029**	**8.641**
Carteira de câmbio	7	4.022	-
Diversos	8	10.007	8.641
Outros valores e bens		**337**	**143**
Despesas antecipadas		337	143
Realizável a longo prazo		**31.422**	**22.703**
Outros créditos	8	**30.046**	**21.555**
Diversos		30.046	21.555
Outros valores e bens		**1.376**	**1.148**
Despesas antecipadas		1.376	1.148
Permanente		**14.008**	**13.976**
Investimentos		**799**	**5.326**
Participações em controladas - no País	9	774	5.294
Títulos patrimoniais		-	7
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	10	**12.816**	**8.134**
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		20.377	14.226
(Depreciações acumuladas)		(7.583)	(6.114)
Diferido		**26**	**215**
Gastos de organização e expansão		1.834	1.834
(Amortização acumulada)		(1.808)	(1.619)
Intangível		**367**	**301**
Ativos intangíveis - outros		1.255	1.074
(Amortização acumulada)		(888)	(773)
Total do ativo		**85.428**	**69.055**

PASSIVO	Notas	2013	2012
Circulante		**38.458**	**29.249**
Outras obrigações		**38.458**	**29.249**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		302	218
Carteira de câmbio	11a	13.120	10.003
Fiscais e previdenciárias	11b	13.418	10.351
Diversas	11c	11.618	8.677
Exigível a longo prazo		**22.733**	**16.778**
Outras obrigações		**22.733**	**16.778**
Fiscais e previdenciárias	11b	22.072	16.288
Diversas	11c	661	490
Patrimônio líquido	14	**24.236**	**23.028**
Capital de domiciliados no país		12.500	8.170
Reserva de lucros		11.736	14.858
Total do passivo		**85.428**	**69.055**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º semestre de 2013	Exercícios 2013	Exercícios 2012
Receitas da intermediação financeira		**66.219**	**119.512**	**95.798**
Resultado de aplicações interfinanceiras		316	524	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		-	-	395
Resultado de operações de câmbio		65.903	118.988	95.403
Resultado bruto da intermediação financeira		**66.219**	**119.512**	**95.798**
Outras receitas/despesas operacionais		**(52.649)**	**(96.073)**	**(74.196)**
Receitas de prestação de serviços		2.634	3.914	1.144
Resultado de participação em controladas		(661)	(255)	3.607
Despesas de pessoal		(24.750)	(45.808)	(37.774)
Outras despesas administrativas	15	(26.159)	(47.191)	(38.728)
Despesas tributárias		(3.569)	(6.540)	(4.948)
Outras receitas operacionais		540	1.071	3.062
Outras despesas operacionais		(684)	(1.264)	(559)
Resultado operacional		**13.570**	**23.439**	**21.602**
Resultado não operacional		**(226)**	**(690)**	**(334)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**13.344**	**22.749**	**21.268**
Imposto de renda e contribuição social		**(5.466)**	**(8.679)**	**(6.777)**
Imposto de renda		(4.156)	(6.917)	(5.302)
Contribuição social		(2.667)	(4.362)	(3.395)
Ativo fiscal diferido		1.357	2.600	1.920
Participações estatutárias no lucro		**-**	**(112)**	**(50)**
Lucro líquido		**7.878**	**13.958**	**14.441**
Lucro Líquido por ação (em R$)		**6,73**	**11,93**	**12,34**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre de 2013	Exercícios 2013	Exercícios 2012
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios	**8.344**	**13.616**	**10.498**
Lucro líquido do semestre/exercícios	7.878	13.958	14.441
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**466**	**(342)**	**(3.943)**
Resultado de participações em coligadas e controladas	661	255	(3.607)
Depreciações e amortizações	1.162	2.003	1.584
Impostos diferidos	(1.357)	(2.600)	(1.920)
Variação de ativos e passivos	**(6.275)**	**3.462**	**5.314**
Redução de títulos e valores mobiliários	-	-	634
(Aumento) de outros créditos	(7.237)	(11.279)	(7.683)
(Aumento) / redução de outros valores e bens	(98)	(423)	12
Aumento de outras obrigações	1.060	15.164	12.351
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	**2.069**	**17.078**	**15.812**
Alienação de imobilizado de uso	13	13	-
Redução de diferido e intangível	2	2	-
Alienação de investimentos	7	7	-
Redução de capital	-	3.566	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.309)	(2.100)	(2.734)
Aplicações no intangível	(2.358)	(4.476)	(73)
Dividendos recebidos	-	700	3.375
Caixa líquido (aplicado) / gerado em atividades de investimentos	**(3.645)**	**(2.288)**	**568**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(7.550)	(12.750)	(8.300)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(7.550)**	**(12.750)**	**(8.300)**
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(9.126)**	**2.040**	**8.080**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	34.758	23.592	15.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	25.632	25.632	23.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**8.170**	**1.681**	**7.036**	**-**	**16.887**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.441	14.441
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	13.641	(13.641)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(7.500)	-	(7.500)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(800)	(800)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**8.170**	**1.681**	**13.177**	**-**	**23.028**
Aumento de capital	4.330	-	(4.330)		-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.958	13.958
Constituição de reserva legal	-	698	-	(698)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.410	(12.410)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(11.900)	-	(11.900)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(850)	(850)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**12.500**	**2.379**	**9.357**	**-**	**24.236**
Saldo em 30 de junho de 2013	**12.500**	**1.985**	**4.147**	**5.276**	**23.908**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	7.878	7.878
Constituição de reserva legal	-	394	-	(394)	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	12.410	(12.410)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(7.200)	-	(7.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(350)	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**12.500**	**2.379**	**9.357**	**-**	**24.236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. A Administração do Conglomerado Rendimento, visando a descontinuidade das operações de câmbio varejo, na Action S/A DTVM, viabilizou plano de transferência de 21 filiais, para a Cotação DTVM S/A, com a compra do ativo permanente, no montante de R$ 4.446.

2. Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base *pro rata* dia) auferidas. **e) Imobilizado, diferido e intangível** - Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. **f) Imobilizado, diferido e intangível** - O ativo diferido é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidades (Nota 5)	18.783	18.783
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	6.849	4.809
Total	**25.632**	**23.592**

5. Disponibilidades

	2013	2012
Caixa	4.559	3.601
Depósitos em moeda nacional	4.050	4.112
Disponibilidades em moedas estrangeiras	10.174	11.070
Total	**18.783**	**18.783**

6. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2013	2012
Posição bancada:		
Vencimento até 30 dias		
Letras financeiras do tesouro – LFT	6.849	4.809
Total	**6.849**	**4.809**

7. Câmbio

	2013	2012
Câmbio comprador a liquidar		
Interbancário para liquidação pronta	4.022	-
Total	**4.022**	**-**

8. Outros créditos - diversos

	2013	2012
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	218	223
Impostos a compensar	6.427	5.581
Devedores diversos - país (i)	2.876	2.666
Valores a receber sociedade ligada (Nota 11a)	16	75
Outros	470	96
	10.007	**8.641**
Realizável a longo prazo		
Crédito Tributário (Nota 11b)	9.115	6.515
Devedores de depósitos em garantia (ii) (Nota 16b)	20.931	15.039
	30.046	**21.554**
Total	**40.053**	**30.195**

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.
(ii) Refere-se ao depósito judicial do PIS/COFINS proveniente da Lei 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

9. Investimentos

Action S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	2013	2012
Patrimônio líquido (i)	774	5.294
Lucro líquido no exercício	(255)	3.607
Percentual de participação	100%	100%
Valor do investimento baseado na equivalência	774	5.294

(i) Em 21 de Junho de 2013 foi deliberada a redução de capital da Action S/A DTVM, no montante de R$ 3.566 mil, passando para R$ 550 mil.

10. Imobilizado de uso

	% Taxa de depreciação anual	2013	2012
Edificações	4	22	22
Instalações	10	11.912	7.155
Móveis e equipamentos de uso	10	2.364	2.022
Sistema de comunicação	10	1.721	990
Sistema de processamento de dados	20	2.674	2.373
Sistema de segurança	10	1.603	1.371
Sistema de transporte	20	103	314
(=) Subtotal – Custo		20.399	14.247
(-) Depreciações acumuladas		(7.583)	(6.113)
Total imobilizado		**12.816**	**8.134**

11. Outras obrigações - a) Carteira de câmbio - O saldo de R$ 13.120 (R$ 10.003 em 2012) é proveniente das operações de câmbio sobre "travellers cheque" e "visa travel money" a liquidar.

b) Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	11.279	8.697
Impostos e contribuições sobre salários	1.949	1.517
Outras	190	137
	13.418	**10.351**
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (Nota 16b)	22.072	16.288
	22.072	**16.288**
Total	**35.490**	**26.639**

c) Diversas

	2013	2012
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	5.384	3.292
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 13a)	193	458
Credores diversos - País (i)	6.041	4.927
	11.618	8.677
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes	661	490
Total	**12.278**	**9.167**

(i) Operações de câmbio pendentes de liquidação.

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro 2013 e 2012

	2013 IRPJ	2013 CSLL	2012 IRPJ	2012 CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e de participações no lucro	**22.749**	**22.749**	**21.268**	**21.268**
Adições:				
Provisão para riscos fiscais	5.784	5.784	4.800	4.800
Provisões indedutíveis	266	266	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	255	255	-	-
Remuneração variável de dirigentes	248	106	250	250
Provisão para contingências trabalhistas	221	221	340	340
Patrocínios e doações indedutíveis	196	196	229	229
Multas indedutíveis	99	99	-	-
Despesas com brindes	57	57	22	22
Outras	339	339	360	360
Total das adições	**7.465**	**7.323**	**6.001**	**6.001**
Exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.607	3.607
Juros sobre o capital próprio	850	850	800	800
Participação nos lucros (empregados)	112	112	50	50
Reversão de IRPJ exercícios anteriores	31	31	181	181
Total das exclusões	**993**	**993**	**4.638**	**4.638**
Base do imposto de renda e da contribuição social	**29.221**	**29.079**	**22.631**	**22.631**
Imposto de renda e contribuição social	(7.281)	(4.362)	(5.634)	(3.395)
Dedução de incentivos fiscais	364	-	332	-
Imposto de renda e contribuição social - Valores correntes	**(6.917)**	**(4.362)**	**(5.302)**	**(3.395)**
Ativo fiscal diferido	1.611	989	1.200	720
Total de imposto de renda e contribuição social	**(5.306)**	**(3.373)**	**(4.102)**	**(2.675)**

b) Créditos tributários - Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, a reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada, periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/12	Constituições	Realizações	31/12/13
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais PIS/CONFINS	6.515	2.314	-	8.829
Provisões para contingências trabalhistas	-	224	-	224
Remuneração variável de dirigentes	-	22	-	22
Outras	-	40	-	40
Total	**6.515**	**2.600**	**-**	**9.115**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias. A Distribuidora não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	8.829	8.829
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	-	224	224
Remuneração variável de dirigentes	-	-	-	-	22	22
Outras provisões	-	-	-	-	40	40
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.115**	**9.115**
Valor Presente	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.266**	**5.266**

Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 5.266, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos

13.Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

	2013	2012
Banco Rendimento		
Ativo		
Depósito à vista	2.290	2.460
Depósito em moeda estrangeira	8.746	3.274
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.849	4.809
Valores a receber	14	11
Passivo		
Valores a pagar a sociedades ligadas	11	12
Receitas		
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	524	386
Rendas de prestação de serviços	23	23
Action DTVM		
Ativo		
Valores a receber	-	64
Passivo		
Valores a pagar	-	4
Cotação Câmbio e Turismo		
Ativo		
Valores a receber	1	-
Passivo		
Valores a pagar	-	145
Agilitas Soluções de Pagamentos Ltda.		
Passivo		
Valores a pagar	182	297

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Distribuidora. A Distribuidora incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2013	2012
Remuneração	1.369	1.620
Encargos Sociais	(301)	(365)
Total	**1.068**	**1.255**

A Distribuidora não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 1.169.920 ações, divididas em 584.960 ordinárias e 584.960 preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendos mínimo obrigatório, prevista no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$ 11.900 mil, conforme quadro abaixo:

Data da AGE	11.900
30/01/13	700
28/02/13	1.200
28/03/13	700
30/04/13	700
27/05/13	1.400
30/07/13	700
30/08/13	700
30/09/13	700
08/10/13	3.000
30/10/13	700
28/11/13	700
13/12/13	700

Em 28 de junho e 13 de dezembro, do mesmo ano, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 850 (R$ 723 líquido de Imposto de Renda), referentes ao exercício de 2013, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R$ 213.

Data da AGE	850
28/06/2013	500
13/12/2013	350

c) Lucros acumulados - No exercício de 2013, a Distribuidora apurou um lucro contábil de R$ 13.958. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados, com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08. **d) Reserva legal -** A Distribuidora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

15. Outras despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Serviços de terceiros	10.731	9.801
Aluguéis	11.530	7.346
Serviços do sistema financeiro	7.867	6.461
Comunicações	2.495	2.255
Serviços de vigilância e segurança	1.857	1.903
Depreciações e amortizações	2.003	1.584
Condomínio	2.023	1.538
Transportes	1.342	1.362
Conservação e manutenção	1.245	1.086
Propaganda e publicidade	854	930
Serviços técnicos especializados	791	657
Promoções e relações públicas	755	553
Seguros	552	433
Publicações	377	377
Material	416	356
Viagens	352	318
Água, energia e gás	429	298
Processamento de dados	331	295
Outros	1.241	1.175
Total	**47.191**	**38.728**

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais -** *(i) Provisões cíveis e trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. *(ii) Provisões fiscais* - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelo seguinte processo: Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R$ 22.072 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias". As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício de 2013, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências

	2013 Trabalhistas	2013 Fiscais	2013 Cíveis	2013 Total	2012 Total
Saldo no início	**340**	**16.288**	**150**	**16.778**	**11.488**
Constituições	221	5.784	-	6.005	5.290
Realizações/reversões	-	-	(50)	(50)	-
Saldo no final	**561**	**22.072**	**100**	**22.733**	**16.778**

Depósitos judiciais

	2013 Trabalhistas	2013 Fiscais	2013 Total	2012 Total
Saldo no início	**60**	**14.956**	**15.016**	**23.377**
Constituições	553	5.809	6.362	12.049
Realizações/reversões	(448)	-	(448)	(768)
Saldo no final	**165**	**20.765**	**20.930**	**34.658**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - Em 31 de dezembro de 2013, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 31 processos de natureza cível e trabalhistas que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) R$ 907. **d) Órgãos reguladores -** Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Distribuidora.

17. Limites operacionais - O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2013, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/2013 é de 17,25% para o Conglomerado Financeiro (2012 - 15,39%).

A DIRETORIA

ANTONIO CARLOS S. SANTOS - CRC BA 11.012/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Acionista e aos administradores da
Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

São Paulo, 27 de março de 2014.

EY
Building a better working world
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6
Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4